

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.557 - GO (2020/0265044-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADA : MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348**  
**ADVOGADOS : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129**  
**KAROLYNE CRISTINA ALBINO QUADRI MANZANO -**  
**PR036100**  
**PRISCILA KEI SATO - PR042074**  
**EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS -**  
**PR024498**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE AUTOATENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE 1 - A restrição do horário de funcionamento dos serviços dos postos de atendimento eletrônicos das instituições bancárias é permitida, desde que respeitado o horário mínimo de 5 horas diárias e o período obrigatório de funcionamento das 12 às 15 horas, conforme estabelece a Resolução do BACEN 2.839/01. 2. Como a instituição financeira está respeitando a referida limitação, impõe-se a improcedência da presente ação. APELAÇÕES CONHECIDAS PRIMEIRA DESPROVIDA E SEGUNDA PROVIDA.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, aponta violação do art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, ao argumento de omissão por parte do acórdão recorrido, alegando que:

Isso porque, instado a se manifestar sobre matéria inerente à lide, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás negou-se a fazê-lo, incorrendo em omissão quanto à necessária fundamentação, a justificar a oposição de embargos declaratórios com escopo no artigo violado.

Nessa senda, entendemos que o acórdão recorrido merece ser anulado, vez que, embora opostos embargos de declaração visando sanar omissão quanto à observância das disposições do

art. 39, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor ao caso analisado (fl. 546).

Quanto à segunda controvérsia, igualmente, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 39, II, do CDC, insurgindo-se contra a mudança do horário de funcionamento dos caixas eletrônicos na instituição bancária recorrida, trazendo os seguintes argumentos:

A instituição financeira ora recorrida, ao fixar o horário de funcionamento dos terminais e assim mantê-lo por décadas como padrão para suas operações, acabou atraindo para si a responsabilidade pela funcionalidade do serviço nesses moldes e pelas expectativas legítimas que o consumidor possuía ao aderir ao contrato de prestação de serviço.

Isso porque, por sua própria escolha, passou a ofertar o serviço de forma diuturna, cuja durabilidade passou a moldar e atender as exigências e as necessidades do consumidor, de forma a aperfeiçoar o princípio da confiança.

[...]

Assim, a fragilidade do horário de exceção criado pela unidade da instituição bancária localizada em Montividiu-GO resultou num grave desequilíbrio na relação de consumo, em vista da dificuldade que o consumidor terá de exercer seu direito como usuário pelo condicionamento do fornecimento do serviço nessa localidade específica.

[...]

Configurada efetivamente a falha do serviço, não parece razoável afastar a responsabilidade do fornecedor apenas por ter alegado problemas de segurança pública, como apontou o acórdão. Seria o equivalente a repassar ao consumidor um ônus que é inerente à atividade em questão e como tal deve ser arcada pelo fornecedor.

[...]

Na hipótese, o serviço disponibilizado (das 09h00min às 17h00min, apenas nos dias úteis) é inadequado e insuficiente para os fins propostos e frustra, com isso, a legítima expectativa da funcionalidade para o consumidor-médio.

[...]

Outrossim, entende-se que, ao contrário do afirmado pelo Sodalício goiano, foge à razoabilidade supor que a alteração do funcionamento da agência, no que diz respeito ao atendimento presencial, não possa ser diferenciado do caso da restrição do funcionamento nos terminais de autoatendimento.

Os terminais de autoatendimento das instituições financeiras destinam-se ao atendimento de seus respectivos clientes/correntistas, os quais podem sacar dinheiro em espécie, acompanhar transações ou mesmo contratar serviços, enfim, gerenciar seu patrimônio de forma independente e nas situações de urgência. Não é preciso muito esforço intelectual para concluir

que o fornecimento de autoatendimento não atingirá plenamente o fim a que se destina, caso funcione de maneira quase similar aos serviços presenciais. (fls. 541-545).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material.

Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 23/3/2018, e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Assim sendo, se a falta de segurança permite a alteração do funcionamento da agência no que diz respeito ao atendimento ao público, não seria diferente no caso da restrição do funcionamento nos terminais de autoatendimento das agências bancárias. Pelo contrário, o art. 6º-A dá respaldo e autonomia às instituições bancárias para tal desiderato.

[...]

Assim, o fechamento dos caixas eletrônicos a partir das 17:00 horas não viola os atos normativos que disciplinam o horário de funcionamento das instituições financeiras, razão pela qual não caracteriza a prática de ato ilícito, nem viola o direito dos consumidores, ainda que tenha causado algum transtorno e/ou aborrecimento à população local (fls. 495-496).

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.652.952/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.606.785/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.674.179/SP, relator Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 28/8/2020; AgInt no REsp n. 1.698.339/CE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.631.705/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; e AgRg no REsp n. 1.867.692/SP, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 18/5/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente